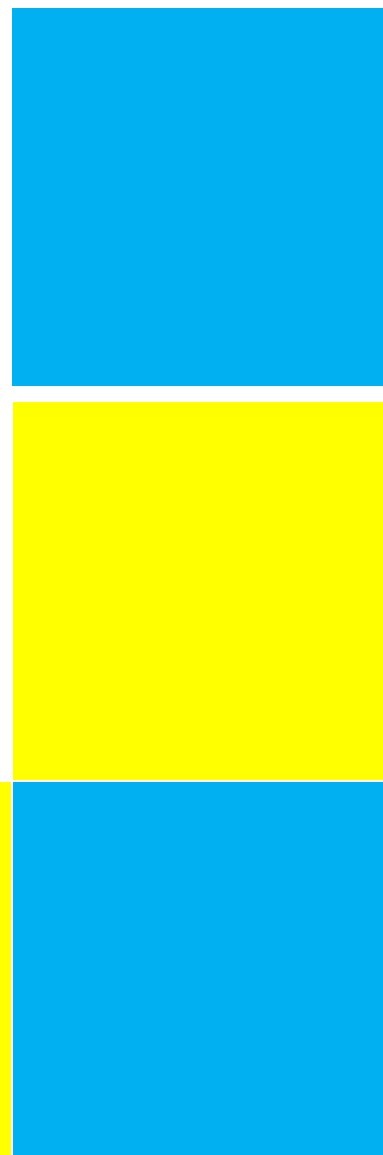


As políticas educacionais no cenário de acumulação do capitalismo cognitivo: os processos de subjetivação e os anéis da serpente

Jeinni Kelly Pereira Puizol

Professora de comunicação da Universidade Estadual de Maringá (UEL)



Resumo: No Brasil, as políticas educacionais ainda são, predominantemente, problematizadas sob a luz de categorias do capitalismo industrial e da sociedade disciplinar. Assim, pretende-se relacionar o campo das políticas educacionais com o capitalismo cognitivo, compreendido como momento predominante da acumulação do capital principalmente a partir da década de 1990. No capitalismo cognitivo, compreender os processos de subjetivação e a sociedade do controle, é fundamental para fazer questionamentos quanto ao modelo educacional que está em disputa na política brasileira, e talvez propor algumas linhas de fuga que desterritorialize os anéis da serpente.

Palavras-Chave: Política educacional; Capitalismo cognitivo; Processos de subjetivação; Sociedade do controle.

Abstract: In Brazil, educational policies are still predominantly problematized in the light of categories of industrial capitalism and disciplinary society. Thus, it is intended to relate the field of educational policies to cognitive capitalism, understood as the predominant moment of capital accumulation, mainly from the 1990s. In cognitive capitalism, understanding the processes of subjectivation and the society of control, is fundamental for ask questions about the educational model that is in dispute in Brazilian politics, and perhaps propose some lines of escape that deterritorialize the serpent's rings.

Keywords: Educational politics; Cognitive capitalism; Subjectivation processes; Control society.

Introdução

Muitas dúvidas permeiam a área de política educacional a partir de janeiro de 2019 com a posse do novo governo federal. O atual presidente¹, em seu discurso² de posse, promete um Brasil “livre de amarras ideológicas”, uma educação para o mercado de trabalho e não para a formação de “militância política” e o combate a “ideologia de gênero”. Em sua fala, também atribuiu a ineficiência e a corrupção do Estado brasileiro ao “viés político” presentes dos governos anteriores. Seu discurso de posse, confirmou a continuidade do tom e do “conteúdo” adotado na campanha política, em que promove defesa da democracia ao mesmo tempo em que ataca a educação para a diferença, a pluralidade de ideias e a própria política sob sua pretensa ideologia da “neutralidade”.

Ainda é cedo para sabermos quais as reverberações do bolsonarismo na política educacional brasileira? Foram apenas dois meses de governo, mas além da política nacional para a educação, que já deu alguns passos, ao nosso ver para trás, as políticas globais vinculadas ao capital financeiro, estão presentes no país principalmente a partir da década de 1990, e podem ser ainda mais aprofundadas. Compreendemos ser necessário problematizar questões fundamentais no cenário da política educacional, de modo a pensar caminhos de resistência e de linhas de fuga. Assim, nossa ideia é apresentar as principais características da nova fase de acumulação do capital, o capitalismo cognitivo, seus processos de subjetivação, e relacioná-las com as políticas educacionais.

Desse modo, o texto foi organizado da seguinte forma: inicialmente apresentaremos algumas das principais características do capitalismo cognitivo, enquanto fase atual de acumulação do capital. Após esta caracterização abordaremos os processos de subjetivação, apontando para seu significado e sua relação com o momento de acumulação cognitiva. Por fim, problematizaremos alguns pontos da política educacional brasileira, destacando o papel da educação como formadora de subjetividade.

¹ Após as eleições presidenciais realizadas em primeiro e segundo turno em 2018, Jair Messias Bolsonaro (PSL) tomou posse em 01 de janeiro de 2018. De acordo com dados divulgados pelo TSE, em segundo turno, Bolsonaro (PSL) recebeu 57.797.847 milhões de votos, enquanto Fernando Haddad (PT), candidato de oposição, recebeu 47.040.906 milhões. Brancos somaram 2.486.593 milhões, nulos 8.608.105 e abstenções 31.371.704 milhões. É interessante observar que brancos, nulos e abstenções somaram 42.466.402 milhões de pessoas.

² Discurso de posse disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

Capitalismo cognitivo e seus processos de subjetivação

Discutir a atual fase de acumulação do capital, denominada capitalismo cognitivo, e os processos de subjetivação, é essencial para problematizar a política educacional, que ainda é amplamente analisada sob o paradigma do capitalismo industrial e da sociedade disciplinar. O capital mostra sua contínua resiliência ao se reestruturar diante de inúmeras crises. De acordo com Boutang (2015), nos últimos anos, o regime de acumulação do capital tem passado pela sua maior transformação desde 1750-1820, em que as crises de 1983, 1996, 1997, 1998, 2007 e 2008 evidenciaram a capacidade de resiliência do mercado financeiro. Tal resiliência é explicada pela instalação de um novo regime, a acumulação cognitiva, pautado na exploração da inteligência viva, da subjetividade e da criatividade, em que a força de trabalho é cada vez menos central na produção, cedendo espaço para a força cerebral e inovadora (BOUTANG, 2015).

Diferentemente do regime de acumulação industrial, marcado pela exploração da força de trabalho assalariada, pautada na hierarquia entre Estados e mercados e na produção de mercadorias, o regime de acumulação cognitivo é caracterizado pela exploração da força intelectual e inventiva nem sempre remunerada, pautada nas redes e na produção imaterial (BOUTANG, 2007; 2015). O capitalismo cognitivo, ao envolver a força de criação, é complexo e de difícil codificação, envolvendo, principalmente quatro pilares: *hardware*, *software*, *network* e o cérebro humano. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) mecanizaram as operações cerebrais e psicológicas, atribuindo um valor cada vez maior sobre os processos complexos de aprendizagem.

Para apontar a dimensão cada vez mais social da atividade intelectual como fonte produtora de riqueza, bem como sua relação com a tecnologia, Boutang (2007) retoma o conceito de *general intellect*, elaborado por Marx no fragmento sobre as máquinas dos *Gundrisse* (2011). O conceito marxiano de *general intellect* permite compreender que a principal força produtiva passa a ser, diretamente, a ciência e suas aplicações, característica que pode ser observada no capitalismo cognitivo. A Quarta Revolução Industrial³, característica do século XXI, também chamada Indústria 4.0, aprimorou as

³ A Primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra entre meio do século XVIII e o meio do século XIX. Utilizou água e vapor para mecanizar a produção. A Segunda Revolução Industrial começou por volta de 1870 e utilizou a eletricidade para criar produção em massa a partir do meio do século XIX. A Terceira

inovações da Terceira Revolução Industrial da década de 1970, que utilizou os eletrônicos e as TICs para automatizar a produtividade, assim, esta última e atual revolução, sob os avanços da revolução digital anterior, realiza a convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas.

A Indústria 4.0 é baseada na Automação Industrial, na Internet das Coisas e na Computação nas Nuvens, de modo a possibilitar uma indústria completamente inteligente, uma rede inteligente capaz de controlar a si mesma. Nanotecnologias, neurotecnologias, robôs, inteligência artificial, biotecnologia, sistemas de armazenamento de energia, drones e impressoras 3D, são características desse novo momento de acumulação do capitalismo em que a força de trabalho intelectual é ainda mais fundamental. Tais transformações, portanto, modificar a teoria do valor, de modo que na passagem do capitalismo fordista-industrial ao capitalismo cognitivo-imaterial vemos a metamorfose do ciclo do capital de fórmula “dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D)” ao ciclo da fórmula “dinheiro-conhecimento-dinheiro (D-M(K)-D)” (FUMAGALLI, 2008, p. 271).

O capitalismo cognitivo é caracterizado, por Fumagalli (2008), pela difusão das novas tecnologias (favorece a produção simbólica), pela inovação dos transportes (internacionalização seletiva da produção) e pela inovação financeira (mercado financeiro não é mais lugar de drenagem da poupança, mas âmbito privilegiado de valorização da empresa, e fonte direta de financiamento e controle de investimento internacional). Distintamente do capitalismo industrial e da organização fordista, o trabalho é flexível e nômade, pois assume diversas formas em diferentes espaços, mas mantém a condição de subalternidade, sendo pautado numa mobilidade subjetiva e objetiva (FUMAGALLI, 2008).

A mobilidade subjetiva “[...] significa que a relação de trabalho assume conotações diversas de acordo com o que é exigido em termos de atividade direta de produção, de reprodução e de consumo por parte da prestação laboral; de acordo com o que prevalece nesta prestação: o corpo, os afetos ou o cérebro” (FUMAGALLI, 2008, p. 271). E a mobilidade objetiva “[...] é definida pelo fluxo de mercadorias e de pessoas que

Revolução utilizou os eletrônicos e a tecnologia da informação para automatizar a produção na segunda metade do século XX. A Quarta Revolução Industrial utilizou a fusão de tecnologias físicas, digitais e biológicas.

constituem o lugar e o tempo da produção”, o trabalho não possui limites de espaço e tempo, como acontecia na fábrica, por exemplo, sob o paradigma fordista-taylorista (FUMAGALLI, 2008, p. 271).

O *general intellect* extrai sua força fundamental da mobilidade subjetiva e objetiva do trabalho, o trabalho, organizado neste cenário de valoração cognitiva aliado as inovações tecnológicas, não é um estoque homogêneo, mas uma complexidade a ser explorada em sua individualidade (FUMAGALLI, 2008). No capitalismo cognitivo, a mobilidade do trabalho, sob a lógica do individualismo contratual (em que as individualidades são postas a trabalhar), se transforma em precariedade subjetiva. Assim, “a precariedade é condição existencial porque se alastra e se faz presente em todas as atividades dos indivíduos, não se restringindo apenas ao ambiente de trabalho, sobretudo em um contexto onde é sempre mais difícil distinguir o que é trabalho do que não é” (FUMAGALLI, 2008, p. 273).

Diferentemente da precariedade do trabalho no capitalismo industrial, ainda marcado pela distinção entre tempo de trabalho e tempo livre, no capitalismo cognitivo, ancorado nas novas tecnologias, “[...] o cérebro e a vida são integrados ao trabalho, a própria distinção entre tempo de trabalho e tempo de vida perde sentido” (FUMAGALLI, 2008, p. 272). No capitalismo cognitivo há duas características importantes sobre a precariedade, a primeira é que é difícil distinguir o que é trabalho do que não é, logo, a precariedade está presente em todas as atividades do indivíduo, e a segunda é a permanente condição de instabilidade e insegurança. Para Fumagalli (2008, p. 273), “A multidão do trabalho é assim: ou diretamente precária ou psicologicamente precária”.

Fumagalli (2008, p. 273), aponta para o uso do conceito de multidão a fim de expressar uma especificidade do capitalismo cognitivo, em que já não é suficiente utilizar o conceito de classe, pois “[...] a atividade de trabalho é fragmentada não apenas por conta de uma separação imposta por relações de trabalho desfavoráveis [...], mas sobretudo por causa de uma multiplicidade e diferenciação que parte do uso e da exploração da individualidade de que cada pessoa é portadora”. A exploração da individualidade, profundamente marcada pelo uso da tecnologia, não é mais realizada, predominantemente, pela disciplina e coerção, mas pela liberdade controlada, pela formação de uma nova subjetividade, em que “[...] cada um é um *trabalhador que explora*

a si mesmo para a sua empresa. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma *luta interior consigo mesmo*” (HAN, 2018, p. 14).

A toupeira, o animal da sociedade disciplinar discutida por Foucault (2015), marcada pela biopolítica, administração calculada dos corpos por meio do confinamento em fábricas, escolas, hospitais, prisões e quartéis, já não mais expressa a sociedade das últimas décadas, caracterizada pela produção imaterial em rede e pelo controle, não mais enclausurada, mas na “liberdade” do neoliberalismo da serpente (HAN, 2018). Como elaborou Deleuze (?), temos a predominância da sociedade do controle, não mais da disciplina, pois enquanto “[...] o regime disciplinar se organiza como corpo. [...] Por sua vez, o regime neoliberal se comporta como alma. [...] A motivação, o projeto, a competição, a otimização e a iniciativa são inerentes à técnica da psicopolítica de dominação do regime neoliberal” (HAN, 2018, p. 30-31).

De acordo com Han (2018, p. 30), a serpente é empreendedora, enquanto a toupeira é trabalhadora. “A toupeira se move em espaços pré-instalados, e por isso se submete a restrições. É um *sujeito* submisso. A serpente é um *projeto*, na medida em que cria espaço a partir do movimento”. Desse modo, a passagem do sujeito ao projeto é acompanhada do sentimento de liberdade, e “O eu como projeto, que acreditava ter se libertado das coerções externas e das restrições impostas por outros, submete-se agora a coações internas, na forma de obrigações de desempenho e otimização” (HAN, 2018, p. 9).

No capitalismo cognitivo, a inteligência, imaginação, criatividade e afetividade do trabalhador é posta a trabalhar, “[...] toda uma dimensão subjetiva e extra-econômica antes relegada ao domínio exclusivamente pessoal e privado, no máximo artístico. Como o diz Toni Negri, agora é a alma do trabalhador que é posta a trabalhar, não mais o corpo, que apenas lhe serve de suporte. Por isso, quando trabalhamos nossa alma se cansa como um corpo, pois não há liberdade para a alma, assim como não há salário suficiente para o corpo” (PELBART, 2002, p. 38). Como aponta Pelbart (2002), neste cenário, é como se os meios de produção tivessem migrado para dentro da cabeça dos trabalhadores.

Diante do exposto, é fundamental esclarecer, que ao falar de processos de subjetivação estamos considerando a complexidade da relação entre a sociedade e os indivíduos, de modo a fugir da clássica dicotomia em que a sociedade influencia o

indivíduo de maneira unívoca. Méndez (2011, p. 211), retomando ideias de Guattari, considera que “[...] los procesos de subjetivación son construcciones colectivas, institucionales e individuales, siendo estas dimensiones inseparables, evitando caer así en cualquier binarismo reduccionista, tales como, infraestructura material/supraestructura ideológica, individuo/sociedad, naturaleza/cultura”.

No capitalismo cognitivo, os processos de subjetivação são enredados pelo controle realizado nos fluxos e movimentos que acontecem em rede com o auxílio da tecnologia. A astúcia do capital, sob a batuta da política neoliberal, é sua tentativa permanente de modelização dos processos de subjetivação por meio da liberdade controlada. Trata-se de um dispositivo científico-tecnológico em que um “[...] poder inteligente se plasma à psique, em vez de discipliná-la e submetê-la a coações e proibições. Não nos impõe nenhum silêncio. Ao contrário, ele nos convida a compartilhar incessantemente, participando, dando opiniões, comunicando necessidades, desejos e preferências, contando sobre nossa própria vida. Esse poder *afável* é, por assim dizer, *mais poderoso* do que o repressor. Ele escapa a toda visibilidade. A atual crise da liberdade consiste em estar diante de uma técnica de poder que não rejeita ou oprime a liberdade, mas a explora” (HAN, 2018, p. 27).

O pensamento posto a trabalhar, muitas vezes sem salário ou distinção entre tempo de trabalho e tempo livre, é o néctar do capitalismo cognitivo, que de modo complexo e múltiplo, engendra processos de subjetivação marcados pela “performatividade” (BALL, 2012). A performatividade é fundamental ao processo de acumulação cognitivo, visto que [...] convida-nos e incita-nos a tornarmo-nos mais efetivos, a trabalharmos em relação a nós mesmos, a melhorarmos a nós mesmos e a sentirmo-nos culpados ou inadequados se não o fizermos” (BALL, 2012, p. 66). De acordo com Ball (2012), a performatividade não funciona por opressão, mas por satisfação e recompensa, assim, [...] “funciona’ mais poderosamente quando está dentro de nossas cabeças e de nossas almas. Ou seja, quando nós a aplicamos em nós mesmos, quando assumimos a responsabilidade de trabalhar duro, mais rápido e melhor, assim ‘melhoramos’ nossa ‘produção’ como parte de nossa autovalorização e valorização dos outros” (BALL, 2012, p. 66).

Relacionando todo esse cenário apresentado com as instituições educativas, retomamos um fragmento da Sociedade do Controle de Deleuze (2013), em que ele aponta alguns mecanismos de controle no contexto da educação: “[...] formas de controle contínuo, avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da ‘empresa’ em todos os níveis de escolaridade” (DELEUZE, 2013, p. 229). O cenário educacional do Brasil atual expressa de modo muito próximo o que Deleuze ponderou em 1990. A educação no Brasil está vinculada a performatividade discutida por Ball (2012, p. 67), que vê na educação global a transformação do indivíduo em empresa, “[...] em uma unidade produtiva de automaximização que opera em um mercado de desempenhos – comprometido, mais flexível do que preso a princípios – essencialmente sem profundidade”.

Entretanto, é preciso enfatizar com o auxílio de Guattari (1996, p. 11), que “De hecho la subjetividade es plural y polifónica”. Assim, para Méndez (2011 p. 212), devemos colocar em questão esse modelo de subjetividade em que “[...] la semiotización económica se convirtió en determinante, arrastrando tras de sí a los otros registros, los grupales, los psicológicos, los afectivos, los cognitivos, etc., produciendo un extremado empobrecimiento simbólico cuyas consecuencias padecemos”. Desse modo, como as políticas educacionais brasileiras estão sendo matizadas no cenário do capitalismo cognitivo e quais processos de subjetivação estão engendrando? A fim de propor alguns questionamentos sobre as políticas educacionais, pensaremos sobre as características da educação pública, gratuita e laica no *habitat* da serpente.

Políticas educacionais brasileiras e os anéis da serpente

As políticas educacionais são entendidas como um conjunto de ideias e ações direcionadas para a área da educação (básica, superior e outras modalidades), que podem ser expressas pelos governos (federais, estaduais e municipais) ou pela própria sociedade em seu cotidiano. O que acontece, no âmbito do Brasil, é que as políticas educacionais são vistas, predominantemente, como ação somente dos governos, sem participação da população, como algo unilateral pensado, formulado e aplicada por um pequeno número de pessoas. Tal visão evidencia a valorização de apenas um aspecto da política,

desconsiderando que a política é também diálogo entre indivíduos livres e iguais, que não deve ser ação exclusiva de representantes.

No Brasil, embora a educação seja um direito social legalmente garantido no artigo 6º da Constituição Federal, bem como, direito de todos e dever do Estado e da família de acordo com o artigo 205, vemos inúmeros problemas quanto a efetivação deste direito. A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, embora garantidos constitucionalmente, são direitos que possuem dificuldades de realização no contexto da prática em função de pelo menos três limitadores: dificuldade em garantir educação pública, gratuita e laica para todos.

A política educacional brasileira, além das ações realizadas no âmbito do governo federal, engloba os 26 sistemas estaduais e o DF, mais os 5570 sistemas municipais, além de experiências que correm fora desse circuito. A fim de exemplificar a problemática das políticas educacionais, apresenta-se um resgate das principais políticas dos governos FHC, Lula e Dilma. Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995-2002, houve um extenso programa de reforma da educação, orquestrada pelo neoliberalismo, que “[...] não é perigoso porque negue o social; é perigoso porque é uma tecnologia de poder capaz de reconhecer e controlar o social – desde o ponto de vista do capital” (COCCO, 2009, p. 125).

No governo FHC foi, enfim, aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9393/96). E na esteira da aplicação das políticas neoliberais, a educação, básica e superior, foi fortemente atravessada pela ênfase na produção de estatísticas, avaliações e monitoramentos. De modo sintético, serão mencionadas as principais ações dos governos FHC. Com ênfase no acesso e permanência na escola foram criados os programas: Acorda Brasil! Tá na hora da escola!, Aceleração da Aprendizagem, Guia do Livro Didático (1ª a 4ª séries), a Bolsa-Escola. No âmbito do financiamento da educação: Dinheiro Direto na Escola, Programa Renda Mínima, Fundescola, Fundef e Proep. No contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação: TV Escola, Programa Nacional de Informática na Educação, Programa de Apoio à Pesquisa em Educação à Distância (PAPED) e o Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior.

No campo da avaliação da educação foram implantados: Censo Escolar, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos (Provão). Na gestão: municipalização, Programa de Atualização, Capacitação e Desenvolvimento de Servidores do MEC, Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental. Programas focalizados na Educação de Jovens e Adultos, com o projeto Alfabetização Solidária, feito em parceria com a sociedade civil por meio do mote “Adote um Adulto”. Além das parcerias com o setor privado, também se aprofundou os acordos com as agências internacionais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, UNESCO, OEA.

As políticas educacionais do governo FHC, da educação básica a superior, aprofundou uma concepção de educação como capital humano, como investimento individual visando a busca do emprego, que já não é mais pleno, mas sim instável e flexível. São políticas geridas pelo mercado e pelas agências internacionais por dentro do Estado, num hibridismo característico da política contemporânea. São programas e políticas, predominantemente, assistencialistas e compensatórias. A reforma neoliberal, realizada por FHC, “[...] é tanto exógena (privatizadora) quanto endógena (reformista), o setor público é substituído e reformado ao mesmo tempo, e as duas coisas são conectadas” (BALL, 2012, p. 43).

As políticas educacionais realizadas nos governos Lula e Dilma, embora apresentassem algumas diferenças importantes com relação aos governos de FHC, expressaram uma continuidade das reformas liberais, talvez sob um viés mais populista, neste caso, sobretudo os governos Lula. Nos governos Lula, de 2003-2010, foi alargada concepção de acesso e permanência na escola por meio do Bolsa Família, uma reformulação e ampliação do Bolsa-Escola. Também foram elaborados os programas: ProJovem e o Primeiro Emprego. No âmbito da gestão educacional e escolar: Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Plano de Ações Articuladas (PAR), Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. No âmbito do financiamento: expansão do financiamento da educação básica por meio do FUNDEB, expansão do FIES (do final do governo FHC), PROUNI, SISU e REUNI. Na avaliação: ENADE, SINAES, Prova Brasil, Provinha Brasil, ANA.

A pátria educadora do governo Dilma aprofundou alguns programas do governo Lula, como o PROUNI e o FIES. Seu maior programa foi o PRONATEC. Também se destaca o Programa Ciências Sem Fronteiras, o PNAIC e o PNEM. Vê-se uma clara continuidade com a reforma neoliberal colocada em marcha por FHC, todavia, nos governos Lula e Dilma, promoveu-se uma docilização não apenas dos setores mais conservadores do empresariado, que por exemplo, ganharam muito dinheiro com seus investimentos em educação superior, mas também uma docilização de parte da própria esquerda e os movimentos, que ficou anestesiada com as políticas focalizadas e assistencialistas. Como analisa Ball (2012, p. 64), “As tecnologias neoliberais trabalham em nós para produzir um corpo docente e discente ‘dócil e produtivo’, e professores e alunos responsáveis e empreendedores”.

Diante deste breve histórico questiona-se em que medida as políticas educacionais brasileiras aprofundam os processos de subjetivação concatenados ao capitalismo cognitivos ou os subvertem, visto que a garantia legal da educação pública, gratuita e laica, embora fundamental, não é suficiente, pois o direito é também uma contínua construção. Como sair desses processos de subjetivação hegemônicos? Sair desses processos de subjetivação hegemônicos, implica: “Quienes en el lugar del saber y de su transmisión, en especial los sistemas universitarios, se consideran poseedores de un saber científico superior al resto de las producciones sociales, ya hacen una opción reaccionaria y contribuyen a la reproducción de las formas hegemónicas de los procesos de subjetivación” (MÉNDEZ, 2011, p. 273).

Para compreender e propor políticas educacionais no atual cenário brasileiro demanda considerar as novas características da acumulação, a fim de fomentar uma formação humana que seja capaz de reconhecer e integrar a dinâmica das lutas sociais que propõem uma subversão dos processos de subjetivação alinhados ao capitalismo cognitivo, lutas sociais marginais pensadas pelos próprios indivíduos. Pensar a política educacional reconhecendo o momento atual do capitalismo é reconhecer que a política é feita no coletivo. Como pensar uma política educacional que valorize os territórios produtivos? Se o capitalismo cognitivo tem seu néctar na inteligência coletiva, na criatividade e no desejo, como transformar esse néctar em força vital, em potência política para a construção de outros territórios? Compreender a política educacional e propor

linhas de fugas passa por compreender que os anéis da serpente são muito mais complexos que os buracos da toupeira.

Conectar com o Bolsonarismo.

Referências

BALL, S. J. **Educação global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

BOUTANG, Y. M. Palestra “**Del Capitalismo Industrial Fordista al Capitalismo Posfordista:** Los retos del Capitalismo Cognitivo”. Seminário Internacional: Capitalismo Cognitivo e Economía Social del Conocimiento. Quito, Equador, 28-30 de abril de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COCCO, G. **Mundo Braz:** O devir-mundo no Brasil e o devir-Brasil do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DELEUZE, G. **Conversações:** 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2013.

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica.** Lisboa: Edições 70, 2018.

FUMAGALLI, A. As contradições do sistema capitalístico e as novas contradições sociais. **Lugar Comum**, n. 23-24, 2008, p. 267-282.

GUATTARI, F. **Caosmosis.** Buenos Aires: Manantial, 1996.

HAN, B. C. **Psicopolítica** – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

MÉNDEZ, M. L. **Procesos de subjetivación:** ensayos entre antropología y educación. Entre Ríos: Editorial Fundación la Hendija, 2011.

PELBART, P. P. O poder sobre a vida, potência de vida. **Lugar Comum**, nº 17, 2002, p. 33-43.